

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 278/2022
PROCESSO 133/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022

I - EMENTA

Direito administrativo. Registro de Preços. Pregão Eletrônico. Licitação Compartilhada. Aquisição de ambulância de suporte básico e veículos automotivos de transporte sanitário para as secretarias municipais de saúde para os Municípios consorciados.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 021/2022, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa dar início à fase externa do processo licitatório.

III- RELATÓRIO

Para exame e parecer dessa procuradoria, o setor de Licitações, encaminhou o pregão eletrônico nº 021/2022, que versa sobre a licitação compartilhada para formação de registro de preços e futura aquisição, pelos Municípios indicados, de ambulância de suporte básico e veículos automotivos de transporte sanitário, na forma do Termo de Referência.

O consulente requer manifestação jurídica acerca da regularidade do processo licitatório, com o fim de abertura da fase externa da presente licitação.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) requerimento dos Municípios– Evento 1.1
- 02) Justificativa – evento 02
- 03) Solicitação inicial – evento 03
- 04) pesquisa de preços – evento 04
- 05) Solicitação de Contratação de materiais– Evento 05
- 06) Parecer Contábil – evento 06
- 07) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 07
- 08) Ato de Consórcio – evento 08
- 09) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 10) Solicitação de Parecer – evento 10

É o relatório.

IV– DO PARECER

Primeiramente cabe destacar que a análise consignada neste parecer se atém às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.666/9 e artigo 17 da Lei 11.107/2005.

Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, **descritivo dos bens**, cuja exatidão e pertinência deverá ser verificada pelos setores responsáveis, pelos Municípios requerentes e autoridade competente da Autarquia.

a) Da Justificativa da Contratação

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

Consta da Justificativa de evento 02 que a licitação compartilhada foi considerada adequada ante o interesse de várias secretarias de saúde dos municípios na aquisição de ambulâncias, vans, ônibus e automóveis para realizar o transporte de seus pacientes dentro do próprio município bem como realizar o tratamento fora domicílio, sendo que a compra em conjunto representa maior economicidade.

b) Da Modalidade Eleita

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 1º, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade, vejamos:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No processo licitatório em análise, pretende-se a aquisição de bens passíveis de descrição por critérios de mercado, classificados como “bens comuns”¹, conforme se depreende do Termo de Referência e do descritivo de solicitação de itens.

Assim sendo, nota-se que o setor de licitações observou devidamente as exigências legais para a realização do presente processo licitatório e que o procedimento em análise encontra-se devidamente autuado, protocolado e numerado, inexistindo nesse ponto inconformidades.

Constam também nesses autos: a indicação do recurso orçamentário para a despesa, consoante parecer contábil, a definição da modalidade licitatória, e a autorização da autoridade competente e dos Prefeitos dos Municípios que irão realizar a contratação, para esta licitação.

c) Da Licitação Compartilhada

Verifica-se que o presente processo versa sobre o instituto da Licitação Compartilhada, cabendo a este Consórcio promover tão somente os atos iniciais do processo de licitação para aquisição de bens e insumos

¹Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

relacionados com sua missão institucional, para que os Municípios realizem, a partir da definição do melhor licitante, a respectiva contratação, o que foi devidamente observado pelo Edital.

Trata-se de instituto com previsão legal contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, o seguinte:

“§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.”

O artigo referido artigo 112, §1º da Lei Federal 8.666/93, tem por objetivo a realização de uma só licitação envolvendo mais de um órgão ou entidade com o fim de atender necessidade comum a ambos.

Contudo, a literalidade do artigo é a de permitir a licitação **compartilhada** do qual decorra “CONTRATOS”.

No caso, almeja-se a formação de registro de preços, da qual se originam Atas, cuja natureza jurídica é distinta de contratos.

Analisando a questão da possibilidade de se fazer uso do SRP nas licitações compartilhadas, o TCE/PR entendeu o seguinte no Acórdão 16241/20 assim ementado:

ACÓRDÃO Nº 1624/20 - Tribunal Pleno

CONSULTA. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
CAIUÁ AMBIENTAL. LICITAÇÃO
COMPARTILHADA E CARONA.
ADMISSIBILIDADE E RESPOSTA.
1. É lícita a realização de licitação compartilhada por consórcios públicos, em conformidade com o art. 112, §2º, da Lei n. 8.666/93, e art. 19 do Decreto n. 6.017/07, admitindo-se a utilização das modalidades e tipos previstos em lei, na forma presencial ou eletrônica.
2. A participação de entes consorciados, no caso do sistema de registro de preço, pode se dar: (i) antes do certame, constituindo-se, no caso, hipótese de licitação compartilhada; ou (ii) depois, caso o referido registro tenha sido realizado sob o RDC, encerrando adesão posterior à ata de registro de preços, em conformidade com o art. 32, §1º, da Lei n. 12.462/11.
3. Homologado o resultado da licitação compartilhada, não estão os participantes obrigados a contratar o objeto licitado, caso queiram, é de sua responsabilidade a celebração dos respectivos contratos e o encaminhamento dos dados do SIM-AM relativos à celebração e execução da avença, competindo ao consórcio o envio dos dados relativos à licitação;
4. É possível a participação do consórcio público apenas como órgão gerenciador do certame.
5. É lícita a participação em licitação compartilhada de entes públicos integrantes da administração indireta dos municípios consorciados.
6. Diante da inexistência de óbice legal, consórcios públicos podem realizar licitação compartilhada de qualquer objeto.

Seguindo entendimento do TCE/PR, no Acórdão citado, importante ainda mencionar que “uma vez homologado o resultado da licitação compartilhada, não estão os participantes obrigados a contratar o objeto licitado”, o que se aplica também, à Ata.

Assim, cabe a esses Municípios dar cumprimento aos deveres estabelecidos no Edital quando firmarem Atas de Registro de Preços com os fornecedores vencedores, cabendo ao Consórcio tão somente os atos preparatórios prévios, o que é permitido tanto no artigo 5º, inciso IV do Estatuto Social deste CONIMS, quanto no mesmo artigo 5º, inciso IV, do Protocolo de Intenções.

Vale destacar, finalmente, que a indicação de recurso orçamentário pelo CONIMS, de seu orçamento, serve tão somente como cumprimento de exigência financeira, uma vez que o efetivo pagamento será realizado pelos Municípios. Nesse sentir, sugere-se que os referidos entes indiquem a fonte de custeio e a dotação orçamentária, para fins deste certame, informando-as formalmente a este CONIMS, para que o Consórcio possa liberar a fonte agora indicada para aplicação em outros fins.

Dessa forma, no que se refere ao plano de legalidade observa-se que até o momento todos os procedimentos exigidos foram obedecidos, estando a presente licitação de acordo com o que estabelece as leis 8.666/93, da lei 10.520/02 e da Lei 11.107/2005.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradora se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito, caso a autoridade competente entender conveniente, pode dar continuidade ao certame, dando início a fase externa.

Pato Branco, 13 de junho de 2022.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313